

**A. I. N°** - 276468.0051/05-0  
**AUTUADO** - INDÚSTRIA DE AUTO PEÇAS JARDIM LTDA.  
**AUTUANTE** - HEITOR PERELLA  
**ORIGEM** - INFAZ CAMAÇARI  
**INTERNET** - 06. 12. 2005

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0443-04/05

**EMENTA:** ICMS. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. FALTA DE APRESENTAÇÃO. CONTRIBUINTE USUÁRIO DE SEPD PARA EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 16/09/2005, exige multa no valor de R\$ 836.793,86, em razão do contribuinte não ter fornecido arquivo magnético, exigido mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas.

O contribuinte foi regularmente intimado em 03/08/2005 a apresentar os arquivos magnéticos do SINTEGRA referentes ao período de 01/01/2004 até 30/06/2005. Até a presente data não apresentou os referidos arquivos.

O autuado, através de advogado legalmente constituído, ingressa com defesa às fls.76 a 94, na qual tece os seguintes argumentos:

Alega que a falta de entrega dos arquivos magnéticos ocorreu por motivos alheios à vontade do contribuinte, mas que a empresa autuada, foi adquirida pelo Grupo Sodecia em janeiro de 2004, e desde então vem tentando adequar o novo sistema de processamento de dados, utilizado nas operações do Grupo, para atender às exigências da Sefaz/Ba, envidando esforços na busca de um sistema integrado capaz de atender às necessidades do fisco baiano. Relata que desde o início de 2004, a nova administração vem tentando sanar as dificuldades encontradas, o que não foi possível até o momento, em que pese continuar tentando contornar os problemas, inclusive com a aquisição de novos programas e contratando funcionários para a digitalização dos dados e implantação dos novos sistemas, gerando enormes custos para o contribuinte.

Pede a nulidade da autuação pois a multa aplicada teve por base um levantamento de saídas equivocado, resultando numa cobrança desproporcional. Demais disso, a falta de indicação, pela fiscalização, de como chegou aos valores da base de cálculo informados no demonstrativo mensal do SINTEGRA, contamina todo o procedimento, pois ocasiona o cerceamento do direito de defesa do contribuinte e, conseqüentemente a nulidade da ação fiscal, como um todo.

Cita a jurisprudência do CONSEF, e invocando o princípio da eventualidade, requer o julgamento pela improcedência ou ainda o cancelamento ou a redução da multa aplicada, com base no art. 158 do RPAF/99, considerando que em nenhum momento houve o descumprimento da obrigação principal, que é o pagamento do imposto. Salaria que embora a implantação do SINTEGRA esteja passando por dificuldades, a empresa continua escriturando regularmente todos os seus livros e emitindo corretamente os seus documentos, o que fica à disposição da Sefaz para verificação.

Diz que oportunamente fará a juntada de todos os DAEs de recolhimentos do ICMS do período, para consubstanciar ainda mais a sua boa-fé, não deixando margem para dúvida de estar em dia com os cofres públicos.

Defende que o art. 42, § 7º, da Lei nº 7.014/96, pode ser aplicado, sem sombra de dúvidas, haja vista que não houve falta de recolhimento do imposto e a infração praticada não decorreu de dolo, fraude ou simulação, mas simplesmente em consequência das enormes dificuldades encontradas pelo contribuinte, quando da aquisição da empresa, para a implantação do sistema de processamento de dados e adequação ao SINTEGRA.

Diz que a multa aplicada utilizou uma base de cálculo absurda e irreal, uma vez ser esta muito superior às operações realizadas pelo contribuinte no período fiscalizado, fato que pode ser facilmente comprovado através de uma diligência fiscal, que de logo requer.

Esclarece que o contribuinte realiza regularmente diversos tipos de movimentações, tais como vendas de produção e de mercadorias adquiridas de terceiros, remessa e devolução de vasilhames, simples remessas, retorno e devolução de mercadorias, remessa para re-trabalho, remessa para retorno ou conserto, remessa para demonstração, devolução de industrialização sem trabalho, dentre outras.

Diz que a multa ora combatida deve ser aplicada, nas operações de saídas, onde há incidência de imposto, não abrangendo as movimentações onde não incide o ICMS.

Outrossim argumenta que o fiscal incluiu na base de cálculo, todos os tipos de operações de saídas, como também levou em conta as operações de entrada, o que eleva, surpreendentemente, o valor da base de cálculo para a aplicação da multa. Exemplifica que no mês de janeiro de 2004, as operações de saídas da empresa autuada totalizaram R\$ 270.597,04, enquanto o valor lançado no Auto de Infração soma R\$ 2.851.054,90 uma diferença de mais de 90%, o que traduz a insegurança da própria autuação.

Invoca os princípios da legalidade, vedação ao confisco e proporcionalidade, e do enriquecimento ilícito, caso persista o auto de infração.

O autuante presta a informação fiscal de fls. 139 a 142 com os seguintes esclarecimentos:

O contribuinte recebeu o demonstrativo de fl. 10 do PAF, sendo que o demonstrativo SINTEGRA é bastante claro de compreensão simples. Não deixa dúvidas em estabelecer uma relação entre mês, saídas no mês e aplicação do percentual de 1%. Outrossim, as informações de saídas foram extraídas dos próprios livros da empresa autuada, cuja via, rubricada e carimbada pela empresa, encontram-se às fls. 19 à 71 do PAF. Frisa que o contribuinte, até a data da lavratura do Auto de Infração nunca tinha sido fiscalizado, sendo que anteriormente houve apenas monitoramento na empresa, sem efeito homologatório.

Afirma que utilizou estritamente o que foi lançado nos livros fiscais do próprio contribuinte, e que das folhas 19 até 74 do PAF, constam vias carimbadas e rubricadas pela funcionária responsável da empresa. Na fl. 20 pode ser verificado que o valor de janeiro de 2004 foi aquele apresentado pela fiscalização. Entende que a revisão solicitada deve ser indeferida. Opina pela manutenção do Auto de Infração.

## **VOTO**

Inicialmente nego o pedido de diligência formulado pela empresa, haja vista que os elementos constantes nos autos são suficientes para a formação do meu convencimento de julgadora, a teor do que dispõe o art. 147, I, “a”, do RPAF/99.

Verifica-se da análise dos elementos constantes nos autos que, em momento algum, o sujeito passivo ficou impedido de exercer a ampla defesa e o contraditório, pois na lavratura do Auto de Infração foi devidamente cumprido o disposto no artigo 39, do RPAF/99, com a entrega de todos os papéis de trabalho que originaram o lançamento tributário.

Cabe ressaltar que este CONSEF não tem competência para apreciar questões de inconstitucionalidade, a teor do art. 167 do RPAF/99.

No mérito, trata-se de Auto de Infração no qual está sendo exigida multa pelo descumprimento de obrigação acessória, prevista no art. 42, XIII-A, “g”, da Lei nº 7.014/96, haja vista que o contribuinte não entregou arquivo magnético, exigido mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas.

Consoante o art. 708-A do RICMS/97, o contribuinte do ICMS, usuário de SEPD para emissão de documentos fiscais e/ou livros fiscais, caso do autuado, deverá entregar o arquivo magnético, referente ao movimento econômico de cada mês, a partir do mês de outubro de 2000, inclusive, contendo a totalidade das operações de entrada e de saída e das prestações de serviços efetuadas e tomadas.

No caso em lide, os arquivos não foram entregues, sob o argumento de que a empresa autuada foi adquirida pelo Grupo Sodecia, em janeiro de 2004, e desde então vem tentando adequar o novo sistema de processamento de dados utilizado nas operações do Grupo para atender às exigências da Sefaz/Ba.

O art. 708-A, § 4º, do RICMS/97, diz que:

*“§4º O arquivo magnético deverá ser entregue via Internet através do programa Validador/Sintegra, que disponibilizará para impressão o Recibo de Entrega de Arquivo Magnético chancelado eletronicamente após a transmissão; ou na Inspetoria Fazendária do domicílio do contribuinte, acompanhado do Recibo de Entrega de Arquivo Magnético gerado pelo programa Validador/Sintegra, após validação, nos termos do Manual de Orientação para Usuários de SEPD de que trata o Conv. ICMS 57/95.”*

Independentemente da entrega mensal prevista no art. 708-A do RICMS/97, que o autuado não cumpriu, a empresa também é obrigada a entregar, quando intimada, os referidos arquivos, conforme a previsão do art. 708-B do RICMS/97, transcrito a seguir:

*“Art. 708-B. O contribuinte fornecerá ao fisco os documentos e o arquivo magnético de que trata este capítulo, sempre que for intimado, no prazo de 5 dias úteis contados da data do recebimento da intimação, sem prejuízo do acesso imediato às instalações, equipamentos e informações em meios magnéticos.*

*Nota: A redação atual do caput do art. 708-B foi dada pela Alteração nº 62 (Decreto nº 9.332, de 14/02/05. DOE de 15/02/05).*

*Redação anterior dada ao artigo 708-B, tendo sido acrescentado pela Alteração nº 21 (Decreto nº 7.886, de 29/12/00. DOE de 30 e 31/12/00), efeitos de 30/12/00 a 14/02/05:*

*‘Art. 708-B. O contribuinte fornecerá ao fisco os documentos e o arquivo magnético de que trata este capítulo quando intimado, no prazo de 5 dias úteis contados da data do recebimento da intimação, sem prejuízo do acesso imediato às instalações, equipamentos e informações em meios magnéticos. O arquivo magnético deverá ser entregue devidamente criptografado e validado eletronicamente por programa disponibilizado pela Secretaria da Fazenda, com todos os registros correspondentes às operações desenvolvidas pelo contribuinte (inclusive os dados referentes a itens de mercadoria, quando for o caso), salvo ressalva contida na intimação.’”*

Da análise dos autos, constato que o contribuinte foi intimado por duas vezes, a primeira, em 26/07/2005, concedeu o prazo de 10 dias, para a apresentação dos arquivos magnéticos, a segunda em 03/08/2005, concedeu o mesmo prazo, relativo ao período de janeiro de 2004 até junho de 2005.

Quanto a base de cálculo aplicada, o demonstrativo mensal de fl. 10, que o autuado recebeu cópia, retrata as saídas mensais, devidamente registradas no livro Registro de Apuração de ICMS, cujas cópias encontram-se às fls. 19 a 70 do PAF.

Desse modo, considero que a ação fiscal foi desenvolvida com a observação dos requisitos previstos na legislação pertinente, sendo subsistente a infração.

Também o autuado não comprovou a inexistência de dolo, fraude ou simulação, nem o devido recolhimento do tributo, condições necessárias para que haja a redução ou o cancelamento de multas por descumprimento de obrigação acessória.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **276468.0051/05-0**, lavrado contra **INDÚSTRIA DE AUTO PEÇAS JARDIM LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$836.793,86**, prevista no art. 42, XIII-A, “g” da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de novembro de 2005

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA - JULGADOR